



2281 29-8 '18

Exma. Senhora  
Dra. Marina Gonçalves  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
O Secretário de Estado dos Assuntos  
Parlamentares

Procº nº 01.02.01 (CDS)

Assunto: Pergunta nº 2763/XIII/3ª de 22 de junho de 2018

*Cava Manua,*

Em resposta ao Ofício n.º 2427, de Vª. Exª., de 22 de junho de 2018, transmitindo a pergunta nº 2763/XIII/3ª subscrita pelos Exmas. Senhoras Deputadas da Assembleia da República Teresa Caeiro, Vânia Dias da Silva e Patrícia Fonseca do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me o Ministro da Cultura que informe o seguinte:

O Ministro da Cultura tem conhecimento através da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC Alentejo) que, esta Direção Regional tem vindo a ser confrontada com um grande número de destruições e afetação de património arqueológico provocadas por revolvimentos de solos de grande profundidade e extensão associados a novas culturas de vinha, olival e outras árvores de fruto assim como de diversas espécies florestais.

Na zona do Baixo Alentejo, especialmente, com o avanço do projeto Alqueva, todos os dias se assistem a operações agrícolas de grande envergadura que envolvem extensos e profundos movimentos de solos. Embora a rede principal de rega tenha sido sujeita a estudos de impacte ambiental que permitiram identificar inúmeros sítios arqueológicos, a verdade é que a rede terciária e as surribas para plantio intensivo têm vindo a destruir ou afetar o património arqueológico identificado no EIA ou já conhecido anteriormente.

São conhecidas várias afetações ou destruições de sítios arqueológicos, designadamente e sem pretensões de exaustividade na Herdade da Torre de S. Brissos e no sítio da Salvada, ambos situados no concelho de Beja, no Monte de S. Bartolomeu, em Alvito, no Monte da Chaminé, em Ferreira do Alentejo, na Anta do Zambujal, concelho da Vidigueira, no Monte da Contenda, no concelho de Arronches.



Face aos constantes episódios de destruição de património arqueológico, a DRC Alentejo tem diligenciado algumas ações, à escala das suas atribuições e competências. Estas ações consubstanciaram-se em sessões de sensibilização à temática do património, aos elementos da GNR, versando vários aspetos, como por exemplo, a destruição de património em contexto de práticas agrícolas, e também o uso indevido de detetores de metais. Abrangendo a área geográfica de atuação da DRC quatro Comandos Distritais da GNR, foram já efetuadas ações a elementos dos Comandos Distritais de Portalegre Évora, Beja e Setúbal (sendo neste último caso abrangidos os Destacamentos Territoriais de Grândola e de Santiago do Cacém).

Numa outra linha de abordagem, a DRC Alentejo solicitou a colaboração da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo para a realização de ações de sensibilização aos agricultores sobre esta temática. A primeira destas sessões teve lugar no início do ano sendo organizada conjuntamente pela DRC Alentejo, DRAP Alentejo e CM Serpa.

A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e DRC Alentejo reuniram com a Autoridade de Gestão do PDR 2020, IFAP e DRAPAL no dia 3 de Maio com vista a se procederem a alterações regulamentares aos projetos agrícolas alvo de financiamento. Foram remetidos por essas entidade os contributos visando a salvaguarda do património arqueológico no âmbito de projetos de agricultura intensiva para plantações plurianuais e com recurso a técnicas impactantes de mobilização de terreno.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe do Gabinete

Jorge Leonardo